

“Nóis vivia nas terras dos outro” : o cotidiano de negros escravos em uma colônia alemã (1861-1887)

“We lived in the lands of others” : the daily life of black slaves in a German colony (1861-1887)

Ubiratã Ferreira Freitas¹
historiaubirata@hotmail.com

Resumo: Na tentativa de elucidar o relacionamento entre colonos germânicos e negros cativos, direcionou-se a pesquisa para a compreensão da vida cotidiana, em sua complexidade, na ocupação territorial e formação social do município de Taquara, no Rio Grande do Sul, sendo predominantemente germânica a sociedade que se constituiu. O trabalho se estruturou, inicialmente, com uma revisão historiográfica, com aporte teórico entre autores que trabalham o tema cotidiano, para fundamentar o artigo; em segundo lugar, procedeu-se à análise das fontes primárias – inventário *post-mortem* – para legitimar a presença de cativos na região de estudo, que estiveram nos plantéis no município de Taquara; e, por derradeiro, buscou-se traçar a importância da formação da família escrava, para perceber o cotidiano que se formou dentro do sistema escravista, ainda na tentativa de traçar uma linha que demarcasse as relações de sociabilidade entre germânicos e afrodescendentes.

Palavras-chave: Escravidão, cotidiano, família, sociabilidade.

Abstract: *In an attempt to elucidate the relationship between German settlers and black slaves, the research is directed toward the understanding of everyday life and its complexity in territorial occupation and social formation in Taquara municipality in Rio Grande do Sul, being predominantly German society that had constituted. The work was structured at first, with a historiographical review, theoretical support among authors working the daily theme to support the article; second, the analysis of primary sources - inventory postmortem - to legitimize the presence of captives in the study area who were in flocks in the city of Taquara; and, third, we sought to realize the importance of the slave family formation, to realize everyday that formed within the slave system, still trying to draw a line among the relations of sociability between German and African descents.*

Keywords: *Slavery, daily life, family, social skills*

¹ Professor da Escola Estadual Felipe Marx – Taquara/RS; mestre em História Regional pela UPF; especialista em História do Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura, pela FURG; especialista em Filosofia pela PUCRS e licenciado em História pela ULBRA.

Na busca de uma palavra que configure, atualmente, uma verdade do passado, fez-se uma visita a uma senhora descendente de escravos que vive em uma rua conhecida como “Vila África”, na cidade de Taquara/RS. Ela, prontamente, concordou em conceder uma entrevista para a construção deste trabalho. Pôde-se perceber o sentimento da escravidão ainda vivo, a revolta pelo passado de cativo, representada em cada palavra dessa afrodescendente.

Dona Erci, 66 anos, conta como foi sua infância no município de Taquara, na década de 50 do século XX. “Nóis vivia nas terras dos outro, quando fazia a coleita tinha que pagar para o dono uma quantia”, “depois ‘viemo’ para cidade e fui ‘trabalha’ em casa de família”, “trabalhava pela comida, lavava os chiqueiros dos porcos”, “os piores trabalhos da casa quem fazia era eu”. Existe uma revolta ainda dentro da comunidade negra. Suas palavras demonstram que o escravismo ainda está muito vivo na sociedade, em sua totalidade.

A historiografia sobre a escravidão no Rio Grande do Sul só recentemente atentou para documentos como inventários, livros de nascimentos, livros de óbitos, livros de casamentos, de acordo com o que se encontrou em pesquisas de Letícia Batistella Silveira Guterres (2005), Cristiane Pinheiro Santos Jacinto (2005), Silmei Petiz (2009), Francisca Carla dos Santos (2011) e Paulo Moreira (2014). Boa parte desses documentos encontra-se nos arquivos da Igreja Católica que, durante séculos, registrou a vida civil das pessoas nas mais longínquas regiões.

O movimento de ampliação das abordagens na historiografia escravista teve como marco a década de oitenta do século XX, com os trabalhos de pesquisadores como Robert Slenes, Hebe de Matos, Ciro F. Cardoso, Décio Freitas, Sheila de Castro Faria, Mário Maestri Filho, Emília Viotti da Costa, Sidney Chalhoub, todos envolvidos com a História do Brasil e reavaliando as questões do escravismo brasileiro. Eles

verificaram, a partir da realidade dos negros escravos, o que, realmente, representaram para os cativos, as condições a que foram submetidos desde o seu rapto da África até a sua inserção nas frentes de trabalho como escravos, no Novo Mundo.

No processo de revisão historiográfica, é sabido que muitos trabalhos já foram perpetrados sobre o tema do escravismo, mas, em sua maioria, os elementos encontrados nas fontes primárias possibilitaram um novo olhar para o cativo de africanos e afrodescendentes. Esse movimento antagônico favorece a probabilidade de se verificar o modo como se manifestaram os sujeitos cativos em diferentes situações e localidades regionais em que foram inseridos. Assim, mediante a análise dos documentos, visualizaram-se as realidades diárias em um panorama do seu cotidiano em cativo.

Apurou-se, em recente pesquisa, que, no município de Taquara, localizado a 72 km da capital Porto Alegre, havia um grande contingente de negros cativos, forros e livres, e seus remanescentes na região de estudo, representando um papel importante para o desenvolvimento da antiga Sesmaria concedida a Antônio Borges de Almeida Leães, em 1814. Essa, posteriormente, em 1845, foi vendida a Tristão José Monteiro, que incrementa a colonização germânica na região, a qual fica conhecida como Colônia do Mundo Novo. Assim, o relato de D. Erci é essencial para entendermos a exploração de cativos afro-brasileiros e africanos em Taquara.

Os Inventários e Livros de Casamentos como Fontes Primárias

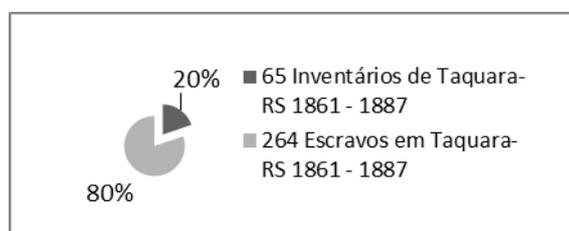
A pesquisa está centrada na análise sobre o cotidiano dos cativos que estiveram no município de Taquara, por volta de 1861 a 1887. Buscou-se, em um primeiro momento, traçar uma metodologia para verificar a existência de escravos que foram trazidos para essa região,

durante o período de estudo; seguindo-se a isso, a análise das fontes foi fundamental para explorar as categorias de idade, sexo e valor monetário de cada cativo, dentro de sua faixa etária de vida e de trabalho no cativo; por último, exploraram-se as relações sociais cotidianas diárias para se tentar chegar a um resultado positivo de pesquisa. Com vistas a isso, estabeleceram-se alguns critérios para classificar e analisar as evidências que as fontes carregam. Ficou determinado o uso do termo criança para definir as pessoas com idade entre 0 e 10 anos de vida, enquanto jovem

caracterizaria aquelas entre 11 e 20 anos e adulto as situadas na faixa entre 21 e 80 anos.

Foram coletados e digitalizados, para a pesquisa deste trabalho, duzentos (200) inventários *post-mortem*, sendo sessenta e cinco (65) deles analisados, os quais compreendem o período de 1861 a 1887. Encontrou-se um grande número de cativos que abrange uma parcela da sociedade de Taquara nesse período, como demonstra o gráfico.

Gráfico 01 – Inventários e Escravos



Pode-se verificar que a presença do negro em cativeiro é relevante nessa primeira amostragem: dos 65 inventários, 80% representam uma população negra em cativeiro. Somente nessa análise, já se percebe um grande contingente de negros cativos. E, no andamento da pesquisa e análise do restante das fontes, deve aumentar, consideravelmente, a quantidade de cativos a que são feitas referências por terem trabalhado e sofrido exploração na região de estudo.

O número de 264 cativos, entre homens, mulheres e crianças, exemplifica a dimensão da utilização do negro aprisionado como mão de obra na região, enquanto os 20% restantes – 65 senhores de escravos – representam uma pequena parcela da população branca que comandava o grande contingente de escravos. Assim, com diversos senhores de escravos, ampliam-se os procedimentos de expansão e ocupação territorial das terras devolutas. Também, a Coroa Portuguesa

efetiva o seu empreendimento de ocupação e exploração econômica da colônia no sul do Brasil.

É importante ressaltar que os senhores que aparecem nos inventários dessa amostragem são portugueses ou descendentes deles. Não foram encontrados germânicos como senhores de escravos, mas isso não significa que eles não tivessem possuído cativos em suas terras. O que ocorre é que, no primeiro momento de colonização alemã, os recursos financeiros eram precários, e possuir cativos era economicamente inviável para a realidade dos colonos germânicos nesse contexto.

Esse contingente de sujeitos, cativos e ativos, expressa uma relação, mesmo que subalterna, a qual, direta ou indiretamente, constituída na vida, nos vícios, nos costumes, nos utensílios, nos contos, nas histórias, nas lendas e na cultura, oferece representatividade na relação social e no desenvolvimento da vida, dentro ou

fora de uma estrutura pré-estabelecida, sendo viável classificar essas ações como *Cotidiano*.

Incluso nesse contexto, Agnes Heller (1989) trabalha com o conceito de cotidiano no decorrer da história. A autora relata que, dentro de uma realidade social, existem outras realidades que complementam uma totalidade de elementos que se constituem em valores e representações, cuja finalidade é oferecer sentido à vida de cada sujeito. Assim, o cotidiano se subdivide em esferas de cotidianidade para produzir o simbólico. Segundo a autora,

O decurso da história é o processo de construção dos valores, ou da degenerescência e o caso deste ou daquele valor. Já a simples existência das várias esferas heterogêneas é, em si mesma, um fenômeno axiológico: a dinâmica do crescimento e degenerescência axiológica reflete-se no conteúdo das esferas heterogêneas, em sua estrutura interna (HELLER, 1989, p. 04).

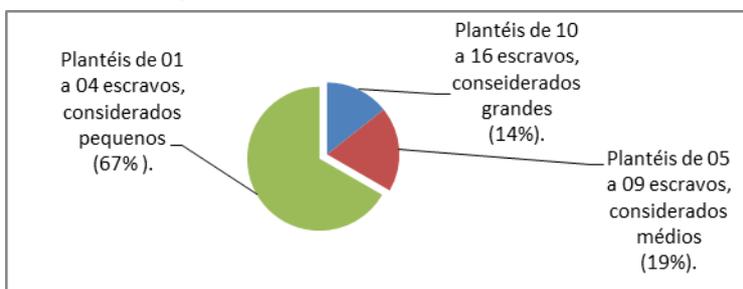
Dentro “desse cotidiano” criado pelos sujeitos, existem situações que geram outros costumes e tradições que permanecem restritos a pequenos grupos que fazem parte do *cotidiano*

social, criando atitudes e costumes paralelos de representações que, em um primeiro momento, não interferem diretamente no cotidiano social dominante, mas se fazem presentes em sua totalidade sociocultural, no decorrer do tempo.

Nas análises dos inventários *post-mortem*, foi possível verificar também que a estrutura das escravarias que predominaram em Taquara, logo se apresenta em pequenos e médios plantéis, diferentemente do que acontecia na região sul do Estado do Rio Grande do Sul – região charqueadora –, onde se concentravam grandes plantéis de cativos. Dessa forma, as relações entre cativos e senhores, em Taquara, talvez tenham sido mais amenas por causa das relações de proximidade entre os sujeitos que transitaram nessa região, desenvolvendo os laços de solidariedade e afetividade, que formaram as “esferas cotidianas” dentro da sociedade taquarense.

É possível verificar como estava distribuída a renda dos senhores de escravos em Taquara, tendo, na pequena propriedade, 67% dos escravos, legitimando pequenos plantéis com características dos pequenos produtores e avaliando a potencialidade econômica da região.

Gráfico 02 – Plantéis de Escravos



Dos 264 escravizados encontrados, 67% faziam parte dos pequenos plantéis com até 04 cativos, 19% pertenciam aos plantéis médios que possuíam 05 a 09 deles, e 14% eram plantéis

grandes com 10 a 16 cativos. Nos pequenos e médios plantéis, as relações de proximidade se apresentam com maior frequência pela presença do senhor na lida diária; já no grande plantel, essa

relação é interrompida pelos capatazes que ficam entre o senhor e o cativo.

Analisando-se as possibilidades nesse contexto, verifica-se que o organismo familiar se caracteriza com mais evidência, já que, em pequenos plantéis, as relações de afetividade tornaram-se mais comuns pela proximidade dos sujeitos, constituindo-se dentro de uma esfera cotidiana de costumes específicos que visava a manter a tradição cultural herdada de seus antepassados como forma de resistência ao sistema imposto, o escravismo.

É possível perceber a questão do cotidiano como uma complexa atividade de relações sociais e políticas que se estabelecem em detrimento das situações em que os sujeitos são inseridos e se constituem. Os cativos somente se unem com a permissão do seu senhor. Com essa ação, aumentam as possibilidades de resistência e, também, as chances de liberdade, já que muitos passam a cultivar e preservar sua cultura no seio social familiar. Para o senhor, as vantagens aparecem com a paz nas senzalas, visto que tal prática ameniza os anseios e caracteriza uma inserção social controlada, ampliando, também, seus plantéis com crianças, frutos dessas relações afetivas entre cativos.

Michel de Certeau avalia que,

De um lado, a análise mostra que a relação (sempre Social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas

determinações relacionais. De outro lado, e, sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo (CERTEAU, 1998, p. 37).

Certeau (1998) mostra que são as relações de sociabilidade que determinam os termos que serão estabelecidos entre as partes. Assim, as incoerências serão deixadas de lado, viabilizando possibilidades de se encarar um escravismo diferente, com a família escrava fora da senzala, com “privilégios” de manutenção – mesmo sendo fantasiosa para o escravo – de seus meios de sobrevivência e uma suposta liberdade de ações. Também o autor alerta para o sistema que se amplia na dominação, ou seja, nos “modos de operação” que julgam serem viáveis para manter o capital (o cativo) em atividade, pelo maior tempo possível, sem tensões, dentro dos plantéis.

As relações afetivas matrimoniais que se estabeleceram entre os cativos geraram frutos que estão relacionados dentro dos inventários *post-mortem* analisados. Esses frutos representam uma parcela do contingente cativo visto como manutenção do sistema pelos senhores. A análise encontrou crianças de 0 a 10 anos de idade e permitiu conhecer-se o potencial que esses documentos carregam em suas páginas. Tornou possível verificar-se o valor de mercado de ambos os sexos, evidenciando uma porcentagem maior de meninas nessa amostragem. Assim, fica estabelecido à tabela abaixo como referência para se examinar a quantidade de crianças em cada sexo.

Tabela 01 – Comparativo entre crinaças de 0 a 10 anos

Idade	Quantidade/F	Valor - F	Quantidade/M	Valor - M	Total
02 a 06 meses	02	480\$	02	560\$	04
01 ano	02	300\$	02	180\$	04

02 anos	05	1:000\$	03	330\$	08
03 anos	01	300\$	03	880\$	04
04 anos	04	1:190\$	01	250\$	05
05 anos	01	400\$	01	200\$	02
06 anos	02	950\$	03	1:050\$	05
07 anos	04	790\$	02	1:050\$	06
08 anos	04	1:750\$	02	800\$	06
09 anos	05	1:630\$	-	-	05
10 anos	01	400\$	-	-	01
Total	31	9:190\$	19	5:100\$	50

Em um total de 50 crianças, 31 eram meninas com um valor médio de mercado de 290\$ réis, enquanto as outras 19 eram meninos com valor médio de 270\$ réis. A diferença de 20\$ réis na valorização dos sexos não concretiza que as meninas tivessem maior valor de mercado. Mesmo não apresentando um número maior em seu contingente, os meninos tinham seus preços mais altos que as meninas.

Entre os jovens de idade entre 11 e 20 anos, pôde-se observar outra amostragem que elege um valor econômico maior ao sexo masculino. Buscou-se estabelecer um limite de idade para classificar os jovens em situação de

produtividade, ou seja, aqueles que se encontravam entre os 11 e os 20 anos de vida. Essa era a fase em que se iniciava a vida produtiva de um cativo, utilizado como mão de obra em diversas frentes.

Nessa faixa etária de jovens cativos, o número de meninas supera o de meninos, estabelecendo-se uma diferença de 07 meninas cativas a mais em um total de 43 indivíduos encontrados nessa idade de vida produtiva. Isso fundamenta a importância das mulheres no escravismo, sendo elas as futuras mantenedoras das famílias que vão se formar dentro do escravismo, em Taquara.

Tabela 02 – Comparativo entre jovens de 11 a 20 anos

Idade	Quant/ F	Valor/F	Quant/M	Valor/M	Total
11 anos	03	870\$	03	1:700\$	06
12 anos	01	450\$	03	2:100\$	04
13 anos	04	2:000\$	03	1:500\$	07
14 anos	02	1:900\$	05	2:550\$	07

15 anos	03	1:850\$	01	1:000\$	04
16 anos	-	-	01	800\$	01
17 anos	-	-	02	1:300\$	02
18 anos	-	-	02	1:600\$	02
19 anos	02	1:350\$	-	-	02
20 anos	03	1:675\$	05	3:900\$	08
Total	18	10:095\$	25	16:450\$	43

A tabela 02 mostra as idades por sexo e os valores de mercado atribuídos a cada indivíduo. Em média, as mulheres custavam 560\$ réis na idade de 11 a 20 anos, e os homens já tinham seu valor ampliado, o qual, em média, era de 660\$ réis por indivíduo. Os valores utilizados neste trabalho estão disponíveis nos documentos de inventários *post-mortem* e estão sendo empregados com a intenção de, apenas, ilustrar a dimensão econômica encontrada sobre o valor dos cativos, pois os preços variavam de acordo com o porte físico, a resistência e as condições em que se encontram esses sujeitos.

A partir desses dados, considerando-se, sobretudo, que o custo de um cativo era elevado, vai-se percebendo que as relações econômicas na região de Taquara estavam em franco desenvolvimento. A economia gerada propiciava um aumento do cativo, mas também estabelecia as relações sociais entre senhores e cativos, já que, em muitos casos, alforrias foram doadas ou pagas pelos próprios cativos. Mas de que modo esses negros escravos geravam uma economia? A resposta mais contundente é que eles atuavam via formação familiar e a utilização de um lote de terra do senhor para plantar e obter recursos para seus proventos.

Pode-se perceber que as relações políticas e de sociabilidade viabilizaram um cotidiano familiar que representa a possibilidade

de trabalho e o desenvolvimento de uma suposta autonomia do negro para conseguir sua liberdade dentro do sistema de servidão. A viabilidade da formação da família escrava trouxe um relacionamento mais próximo entre os cativos, formando laços de solidariedade e preservando a culturalidade africana que remete ao passado de seus ancestrais, como também a assimilação de uma memória coletiva em prol da manutenção da memória individual, que deverá ser preservada e repassada, oralmente, para as gerações futuras.

Bourdieu (2004) defende a ideia de que as formas de poder simbólico são descritas como elementos que contextualizam dois aspectos sobre como exercer o poder dentro de uma conjuntura estrutural da sociedade, os modelos *energéticos* e os *cibernéticos*. O modelo energético é usado nas relações sociais ou relações de força, sendo cada um de seus aspectos imposto de uma forma coercitiva; já o modelo cibernético é empregado de maneira que enfatiza as relações de comunicação: utiliza a palavra com o poder de transformar e alterar as leis, modificando as relações sociais de modo que a força perca o seu significado e se transforme em elemento de reconhecimento.

Nessa direção, de acordo com Foucault (1979), a utilização do discurso como elemento de resistência ou coerção fez-se presente, uma vez que a instituição oportuniza a manifestação

discursiva como resistência aos aspectos sociais adversos à realidade do indivíduo. Assim, o discurso vai-se moldando em outra realidade, o cotidiano, que se situa no interior das estruturas internas que compõem a sociedade em sua totalidade.

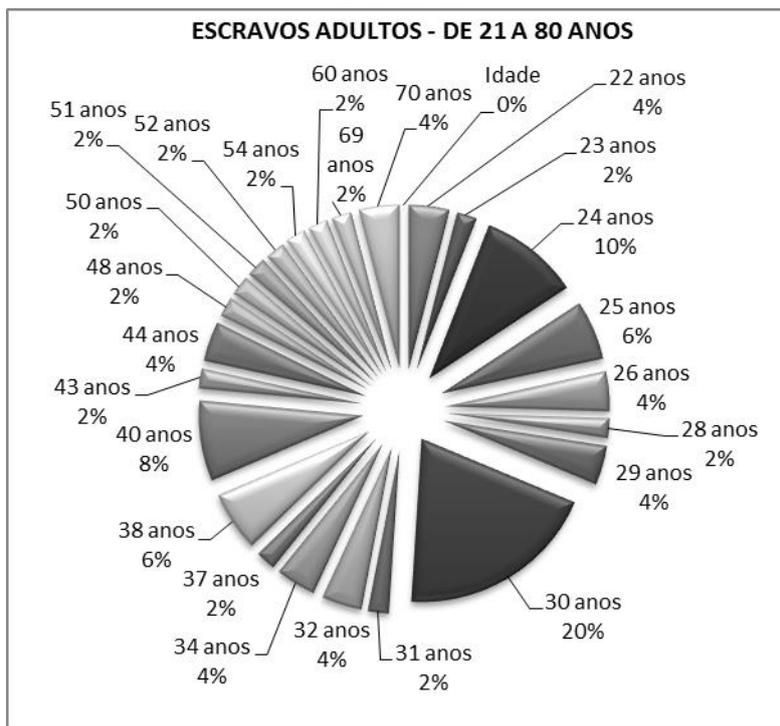
A partir dessa perspectiva, verificam-se as possibilidades de preservação da memória coletiva por meio da família. Pode-se dizer que, dentro do cotidiano social estabelecido pelo escravismo, houve outro cotidiano, o do negro cativo, acentuando-se, assim, a esfera de cotidianidade pertencente à grande esfera social branca dos senhores.

A análise dos documentos possibilita visualizar os cativos em condições adultas, entre

as idades de 21 e 80 anos de vida. Também mostra que a vida útil de um escravizado está relacionada à sua condição e ao tipo de trabalho. Nas charqueadas, por exemplo, em média, um escravo morria aos 21 anos de vida, tendo trabalhado, exaustivamente, até a morte. Já em Taquara, verificou-se maior longevidade.

As fontes deixam claras as funções dos escravos nessa região. A maioria deles trabalhava na roça, e uma parcela menor atuava no comércio da cidade. Assim, a vida útil de um escravo, em Taquara, era longa, em comparação com a de outras regiões do Brasil, ou dentro do próprio Rio Grande do Sul, onde as condições de vida adversas eram mais intensas e os castigos mais comuns.

Gráfico 03



No gráfico, pode-se identificar que a maioridade que se aplica a partir dos 21 anos (parâmetro estabelecido para facilitar a compreensão) é a fase de uma vida produtiva que se estende até os 40 anos de idade. Depois dessa

idade, as porcentagens vão diminuindo gradativamente, mas a exploração vai acompanhando esses sujeitos. Mesmo que comprassem suas alforrias, em muitos casos, era estabelecida uma cláusula que alienava o escravo

alforriado a seu senhor até certo período, distanciando-o do sonho de liberdade e igualdade social.

escravos com idade produtiva e avançada e dos escravos sem indicação de idade nos documentos, considerando-se o escravismo sulino em Taquara.

Dentro dessa perspectiva, foi construído outro gráfico para mostrar os valores desses

Tabela 03 – Valor dos escravos adultos de 21 a 80 anos e dos sem indicação de idades

Feminino com idade	Valor/F	Masculino com idade	Valor/ M	Quantidade
51	24:842\$	49	27:816\$	100
Feminino sem idade	Valor/ F	Masculino sem idade	Valor	Quantidade
36	11:783\$	24	9:650\$	60
Total: 87	36:607\$	73	37:466\$	160

Em um total de 160 cativos de ambos os sexos, foi constatado que, de 100 cativos, praticamente 50% eram mulheres com preço médio de 480\$ réis; já os outros 50% eram constituídos de homens com valor médio de 565\$ réis. Conforme já foi especificado anteriormente, o homem negro tinha um valor mais alto que o das mulheres, embora homens e mulheres estivessem inseridos nas mesmas condições de uma escravidão violenta e coercitiva.

Os outros sessenta 60 escravos sem idade descrita nos documentos também servem de elementos importantes para se averiguarem os valores desses sujeitos que apareceram nas fontes sem que fosse apontada sua idade. Assim, montou-se um gráfico com valores específicos, tendo o sexo como parâmetro, para que se verificassem os preços médios dos indivíduos que estavam em cativeiro. Nessa abordagem, as mulheres custam, em média, 300\$ réis; já os homens são avaliados, em média, em 400\$ réis, conforme as fontes.

Tabela 04 – Valor dos escravos de 0 a 80 anos

Descrição	Quant/ F	Valor/ F	Quant/ M	Valor/ M	Total
Crianças	31	9:190\$	19	5:100\$	50
Jovens	18	10:095\$	25	16:450\$	43
Adultos	51	24:842\$	49	27:816\$	100
S/ idade	36	11:783\$	24	9:650\$	60
Total	136	55:910\$	117	59:016\$	253

Formando-se um quadro único, que viabiliza verificar o valor de cada cativo, analisado pela idade, sexo e valor por “peça”, pode-se afirmar que os homens negros tinham um preço maior que o das mulheres. A compreensão disso se torna possível pela quantidade de mulheres que se visualiza para aproximar os valores do grupo feminino aos do mercado dos homens. Entre 253 cativos, 117 são homens, que somam um total de 59:016\$ mil contos de réis; já 136 são mulheres, avaliadas em um total de 55:910\$ mil contos de réis.

Mas esses números não correspondem à importância das mulheres na concepção de sua utilidade social, pois elas “sofreram” mais que os homens no cativeiro. Cada mulher teve, em média, até quatro filhos e, muitas vezes, ficaram sozinhas para manter sua família. Assim, ambos os sexos tiveram a sua importância diferenciada dentro do cotidiano social em que foram inseridos.

Os dados e as tabulações que foram apresentados encontram-se nos inventários *post-mortem* e viabilizam o entendimento da quantidade e do sexo na utilização no trabalho. Também foi possível verificar o custo econômico de um escravo e sua aplicação dentro do mundo laboral, pois, em alguns casos, estava descrita a ocupação do gênero negro. Assim, visualizou-se, embora ainda precariamente, um pouco da realidade e do cotidiano de escravos que viveram no município de Taquara, durante o período de 1861 a 1887, visto que a pesquisa ainda está em andamento.

Outra fonte importante para ser analisada são os *livros de assentamento de casamentos*. Neles encontram-se descrições das relações afetivas que geraram uniões matrimoniais estáveis entre negros cativos. A formação da família escrava apresenta-se com sua origem regulamentada nessas fontes que se encontram nos arquivos da Igreja Católica, na Cúria Metropolitana, em Porto Alegre. Sua utilização é

de estimado valor, pois remete a um imaginário de liberdade.

Silvia Petersen (1991), em análise de trabalhos com títulos que utilizam o vocábulo *cotidiano*, verifica que esse termo é somente uma palavra, empregada em diversos artigos, sem possuir um conceito específico dentro de sua complexidade, estando relacionada a uma representação da realidade em que tudo o que diz respeito à vida do homem é cotidiano. Com isso, a epistemologia da palavra vira senso comum segundo a autora. “São vários os trabalhos que trazem em seu título a palavra ‘cotidiano’ que se repete, também ao longo do texto. Mas quando se examina o conteúdo, verifica-se que ele desaparece no interior da análise, que nitidamente tem outro eixo (PETERSEN, 1991, p. 05).” Dessa maneira, Petersen refere um conceito que busca definir o que se quer pesquisar em uma teorização do cotidiano. Para ela,

O cotidiano é uma categoria que expressa para os autores um conjunto de relações e práticas significativas para a explicação dos objetos que trabalham e desta forma, possuem uma função de instrumental analítico. No desenvolver dos trabalhos tal perspectiva está subjacente nas análises, mas isto não significa que neles se observe um esforço mais profundo de teorização da cotidianidade, de indagar em que consiste, afinal, a vida cotidiana (PETERSEN, 1991, p. 07).

As relações cotidianas se estabelecem no interior da sociedade, a partir das *esferas de cotidianidade*, que são produzidas pelos sujeitos ou grupos no meio social. Trata-se de um processo *axiológico* a que pertence tudo aquilo que se refere a um conceito de valor ou que constitui uma axiologia, isto é, valores predominantes em uma determinada sociedade, ou seja, reflete a representação do poder simbólico que transmite segurança ao grupo ou ao sujeito social. Assim, vão-se criando as esferas sociais de cotidiano dentro da grande esfera que é a sociedade, a partir

da qual as manifestações subsequentes vão traduzindo uma realidade que se transforma em cotidianidade, já que outros grupos, dentro do próprio grupo de sujeitos, criam suas representações e, com elas, formam seu imaginário e sua vida diária ou cotidiana.

O cotidiano é uma luta de conceitos em que o indivíduo está inserido e pode incluir coletividade ou dispersão. Também é possível que se organize para promover uma transformação de aspectos em que venha a enfatizar a identidade social. Em um aspecto de dominação (*energético*), o dominado não tem a possibilidade de exercer sua identidade social, pois se encontra dentro de uma *esfera*, em outra realidade, que é a vida cotidiana do dominante. A aceitação, muitas vezes revoltada, do dominado entra em estágio de assimilação (*cibernético*). Pode acontecer de isso tornar-se um importante elemento na busca do momento certo para fazer valer sua vontade, dentro de um quadro social inverso à sua realidade. Tal elemento é a *cotidianidade* citada anteriormente, que fará emergir um dominado com noções legitimadas e com um novo valor estampado em sua realidade, formando a sua própria *esfera cotidiana*, a sua cotidianidade dentro do cotidiano social, e buscando preservar valores representativos culturais e simbólicos.

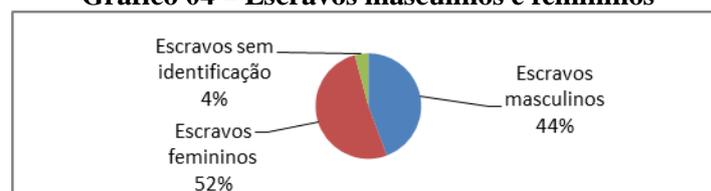
Assim, o estudo sobre o cotidiano está relacionado com a categoria escravista, em que a presença de escravos no município de Taquara, no

Rio Grande do Sul, teve importância no desenvolvimento econômico, social e político da região. Especificamente, o objeto deste estudo volta-se para a formação dos laços de solidariedade que contemplaram um relacionamento direto dos negros com os portugueses. Os colonos alemães imigrantes, possivelmente, também utilizaram a mão de obra escrava e, conseqüentemente, os negros empregaram os meios da sociabilidade e formação de suas famílias para resistirem ao sistema escravista em uma colônia germânica.

Família, Cotidiano e Relações de Sociabilidades

Analisando-se a quantidade de escravos pelo gênero sexual, tornou-se claro o surgimento de um parâmetro sobre a escravidão, na região em estudo, percebendo-se a possibilidade das relações de sociabilidade e afetividade que contemplaram a formação da família cativa, onde, dos duzentos e sessenta e quatro escravos, 52% eram mulheres, 44% eram homens e sobre 4% deles não constava identificação. Dentro desse contexto, para se analisarem as relações cotidianas, partindo-se da formação da família cativa, busca-se entender o modo como esses agentes reprimidos pelo sistema escravista se manifestaram na realidade diária e, ainda, tenta-se verificar como seus senhores utilizaram as famílias para serem exploradas. Os números em relação ao gênero estão expostos no gráfico a seguir.

Gráfico 04 – Escravos masculinos e femininos



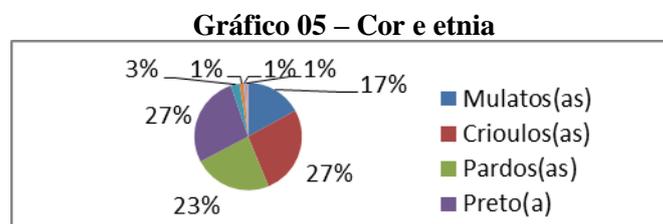
Os dados deixam claro que há poucas diferenças em termos de percentuais, entre os sexos, mas predominou a mulher como

mantenedora do processo de manutenção dos plantéis, mesmo com um valor monetário mais baixo que o dos homens. Os senhores utilizam a

“procriação” como maneira de aumentar e manter seus plantéis que, paradoxalmente, auxiliaram na formação de um “protocampesinato”, ou “escravo camponês”. “O termo protocampesinato se refere às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas de terras e no tempo para trabalhá-las, concedido no interior das fazendas [...]” (CARDOSO, 1987, p. 55). Assim, os senhores, deixando seus escravos casarem, facilitou a formação e a manutenção da família escrava que se constituiu em Taquara.

Outros dados interessantes referem-se a questões de cor e etnia. As classificações de cor e

etnia não fugiram à regra do sistema, denominando a sua procedência e seu estado dentro da colônia. Mais um dado interessante que se verificou está relacionado ao comércio ativo de negros no município de Taquara: percebe-se como o tráfico negreiro também teve ativa parcela e exerceu influência para fornecer mão de obra cativa aos senhores de Taquara, como já foi exemplificado anteriormente. Conforme mostra o gráfico abaixo, a etnia e a cor realçam esse movimento migratório forçado.



Assim, fica fácil conferir as classificações que predominaram na constituição da antiga Sesmaria do Mundo Novo: 27% eram crioulos e 27% eram pretos; os 46% restantes estavam divididos em 23% de pardos, 17% de mulatos, 3% de nação, 1% de africanos, 1% de nagôs, 1% de Benguela. Todos os cativos que viveram em Taquara eram oriundos do comércio interno que se estabeleceu na pré-abolição.

Ainda não foram encontrados registros de que nativos da África tivessem vindo direto ao município taquarense, mas, com rumo a São Francisco de Cima da Serra (hoje, São Francisco de Paula), existe notícia de um carregamento de escravos que naufragou na costa do litoral norte, próximo a Tramandaí (praia), que pertencia a Conceição do Arroio (Osório/RS). Uma parcela dessa carga foi vendida a senhores de São Francisco.

O mais interessante é que se está falando de uma colônia de alemães, onde predominava o

uso da língua germânica e a economia baseava-se na produção agrícola. Mas será que somente os colonos trabalharam na terra? Na busca de documentos que legitimem a exploração do negro pelo alemão, encontra-se um relato de Erni Hengemann, que afirma que um colono alemão possuía uma serraria e viajou para a Europa, deixando seus dois escravos cuidando de seus bens. Isso remete à possibilidade da utilização, com frequência, do negro pelo alemão. Em São Leopoldo, já existem trabalhos sustentando que alemães eram donos de escravos, mas ainda não foi possível encontrar um documento que garanta que os colonos alemães de Taquara eram senhores de escravos.

As fontes apresentam diversos elementos que viabilizam dados para elaborar um entendimento da relação cotidiana dos ex-cativos com a sociedade branca. Isso enriquece a pesquisa e permite que se perceba uma pequena quantidade de libertos, como demonstra o quadro abaixo.

Gráfico 06 – Escravos cativos, libertos e libertos condicionalmente

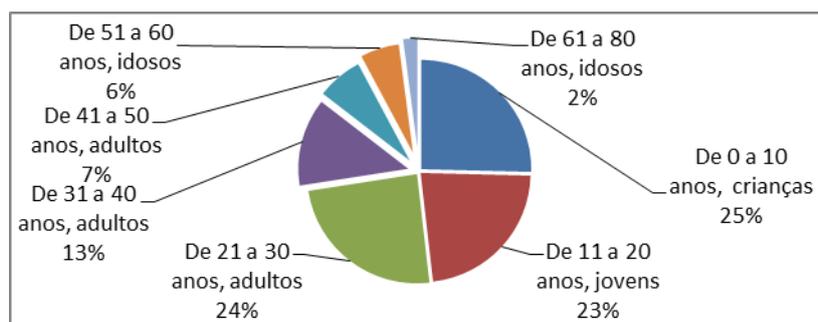


Também foi possível verificar o contingente de escravos que estavam em cativeiros e dos que receberam a liberdade. Foram encontrados registros de 258 indivíduos em cativeiros, o que significa 97% de um total de 264 deles, 06 libertos, que representam 2%, e 03 libertos condicionalmente, representando 1% total dos cativos. A liberdade condicional era entendida como um contrato de trabalho com seu senhor, por um tempo determinado, para validar a alforria que fora lavrada, compreendendo uma prática utilizada pelos senhores para continuar, ainda, explorando seus cativos, de modo que, em muitos casos,

mesmo pagando pela liberdade, somente depois da morte do senhor é que o homem negro ficava livre.

As crianças permaneciam mais perto dos pais, ou só das mães, até a idade de 10 anos. Dos 11 anos até os 20 anos de idade, o trabalho passava a fazer parte do cotidiano desses indivíduos; já dos 21 em diante, as relações de sobrevivência dentro do sistema escravista começavam a ser traçadas, pois esse era o processo de maturação do indivíduo negro cativo dentro das senzalas.

Gráfico 07 – Idades dos escravos



Do total dos 264 cativos, 25% representam a quantidade das crianças dentro dos plantéis que se estabeleceram em Taquara; 23% estão distribuídos entre os jovens que trabalharam junto de seus pais, ou que foram comprados de outros lugares para fazerem parte dos plantéis; já 24% representam os cativos em sua vida útil para o trabalho e no processo de sua reprodução; 13%

estão na faixa ainda da vida produtiva para o senhor, mas já defasados no valor de compra e venda; 7% se enquadram na faixa etária crítica da vida produtiva dos que estão em cativeiro, sendo já considerados velhos para o trabalho; 6% já entraram no processo de velhice, e não mais produzem para o senhor o valor investido, além de, em muitos casos, encontrarem-se cativos

violentados por castigos e à mercê da própria sorte; 2% são os cativos já sem condições de trabalho, vivendo somente com a esperança de um dia serem livres, são os idosos do escravismo.

Dentro dessa amostra, pode-se dizer que um escravo possui 60% de vida útil, da fase jovem para a adulta, produzindo para seu senhor. Isso acarreta dissabores que serão utilizados na tentativa de amenizar sua situação dentro do sistema, o que justifica, anteriormente, ter-se empregado o termo “maturação”, acreditando-se que, nesse processo de amadurecimento forçado, é que o cativo começa a perceber que é possível tentar uma resistência ao sistema. Assim, os elementos que constituíram a família cativa somente vão ter sentido para o homem negro em cativo, quando da percepção e da experiência adquirida. Dito em outras palavras, o processo de maturidade desses indivíduos acontece, percebendo eles que sua condição pode mudar com o casamento e que isso acarreta uma possível vida camponesa, como cita Cardoso (1987), ao exemplificar a utilização do casamento por monges beneditinos donos de escravos, em Jaguaribe – Pernambuco. De acordo com esse autor,

Os casamentos são encorajados [entre escravos], muitas dessas uniões têm lugar cedo, à idade de dezessete anos ou dezoito anos para os homens, e quatorze ou quinze para as jovens. Imediatamente depois de casar-se, começa a trabalhar regularmente no campo para seus donos; com frequência, tanto rapazes como moças pedem ao administrador que lhes permita começar sua vida de trabalho diário antes da idade estabelecida pelos regulamentos do convento; isto ocorre porque não podem possuir terrenos próprios de subsistência antes que trabalhem para seu senhor. Quase todo tipo de trabalho é feito por tarefa; esta se completa usualmente às três da tarde, o que aos que são industriais a oportunidade de trabalhar diariamente em seus próprios lotes. Os escravos dispõem do sábado de cada semana para prover à sua

alimentação, além dos domingos e feriados... Os terrenos de subsistência estão sempre livres de interferência dos monges, e quando um negro morre ou obtém a sua alforria, se lhe permite legar a sua parcela de terra a qualquer dos seus companheiros que ele queira agradecer ou favorecer desta maneira [grifo nosso] (CARDOSO, 1987, p. 102).

A prática do casamento entre escravos foi comum em toda a América. Na obra de Cardoso (1987), pode-se constatar a existência desses elementos de alienação e exploração que davam ao cativo a ilusão de uma certa “autonomia” sobre seus passos, mas que, na verdade, eram meios de superexploração utilizados pelos senhores, para amenizar os maus tratos empregados durante a escravidão mais violenta.

Em Taquara não foi diferente. Esse mecanismo também foi utilizado pelos senhores de escravos, na região, como se apresenta no livro de casamento de Santa Cristina, de 1865, em que, aparentemente, um senhor teve “um caso” com uma escrava. O texto também permite entender-se que eles eram libertos [pelos sobrenomes utilizados, menos o do senhor Antônio Rodrigues]. “[...], Silvestre Rodrigues do Nascimento e Maria Francisca, ambos de cor preta, e filhos legítimos - ele de Antônio Rodrigues do Nascimento e Leopoldina Parícia, já falecida.- ela de Francisco de Salles e Maria Faustina, lhes conferi as bênçãos em forma do ritual romano [...]”

Esse exemplo serve para legitimar que houve assentamento de casamentos entre negros libertos ou cativos na região de estudo. Com isso, entende-se que outras características, como o protocampesinato, também devam ter existido, mas ainda não se têm documentos que possam embasar uma afirmação dessa natureza. A única prova que se conseguiu, até o presente momento, é

um relato, que está exposto no início deste trabalho, de um morador atual que vive na cidade.

Graebin (2006) informa que os açorianos tiveram que se arranjar com a realidade que lhes foi oferecida para a ocupação territorial: “O cenário habitual da vida cotidiana dos açorianos foi constituído pelos arranchamentos nos diversos locais para onde eram transportados pelas autoridades coloniais, [...]”.

Outra questão retratada na obra dessa autora – além das crenças e ritos –, é o casamento. Em 4 de abril de 1752, com uma provisão régia que regulamentava uma idade mínima para o casamento, a Igreja passou a permitir que rapazes de 14 anos e meninas de 12 anos contraíssem matrimônio para gozarem dos privilégios oferecidos pela Coroa. Isso tudo acontecia devido à necessidade de ocupação das terras devolutas. Também as relações consensuais, cada vez mais, eram punidas pela Igreja e, com isso, os amasiamentos dos escravos passaram a ser criticados pela Igreja, que levava em consideração a necessidade de se formar um núcleo familiar escravo abençoado por Deus.

O cotidiano, que ia-se formando com os açorianos, servia de base para o modelo de família cativa, pois, em muitos casos, a família açoriana tinha contato apenas com os membros familiares e alguns cativos nos confins das terras de São Pedro. Ora, se o modelo de vida que se constitui como referência para o cativo é o tipo de vida dos senhores, então seu cotidiano está relacionado em costumes “comuns”.

Segundo Cleusa Maria Gomes Graebin,

O clima que se configurou o viver dos açorianos foi pleno de instabilidade e de provisoriedade. Ao sabor das circunstâncias, da mobilidade no espaço e das vicissitudes, os açorianos precisavam inventar e reinventar arranjos familiares e relações interpessoais no seu cotidiano, improvisando novas formas de

viver, a fim de suportar melhor as situações de risco (GRAEBIN, 2006, p. 203).

A vida cotidiana está relacionada aos costumes, ao modo de vida e aos ritos. Com isso, o homem se preocupa em manter o que aprendeu e em assimilar o que vai ser apresentando como diferente, dominando o fato novo e dele se apropriando. Dessa forma, a estrutura que compõe a sociedade torna-se muito ampla para definir o cotidiano como algo rígido. É muito mais flexível do que se imagina. Por isso, a tentativa de formar um conceito sobre a vida passada, sobre como ela foi vivida e como se estabeleceram as relações entre os sujeitos ativos e passivos, é um tanto difícil de se construir por causa das hipóteses que compreendem cada movimento social e sua construção.

Conforme Del Priori:

A evidência mesma de uma “vida cotidiana” se constitui um mecanismo de dicotomização da realidade social. De um lado, temos uma esfera onde se produzem bens e uma atividade produtiva, um lugar de acumulação e, por isso mesmo, de transformação. Aí localizado, encontramos o campo onde se articula o futuro de uma formação social, onde se concentra tudo o que diz respeito a História. De outro lado, temos uma esfera de “reprodução”, ou seja, de repetição do existente, um espaço de práticas que regeneram formas, sem, contudo, modificá-las nem individualizá-las. Um lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais “privado” da História (DEL PRIORI, in: CARDOSO, 1997, p. 257).

Para essa autora, os sujeitos da primeira esfera social são os que detêm o poder e a produção; já os da segunda esfera de cotidianidade são os que estão à margem de um sistema e se encontram desprovidos de ação sobre as mudanças sociais, mas podem manifestar-se quando incluídos em movimentos coletivos, nesse caso, com a possibilidade do casamento. A vida

cotidiana dos negros transforma-se em um núcleo de possibilidades para a liberdade e a coletividade e forma a resistência ao sistema escravista, tendo como um elemento representativo a família cativa, constituída em um modelo implantado pelo seu senhor.

Nessa direção, percebe-se que as mudanças de comportamentos sociais transformam a vida comum em vida privada. Essa fica restrita a quem interessa, a família que se constituiu, preservando as origens culturais étnicas e assimilando as novas realidades que se complementam com a possibilidade de mudança dentro da vida cotidiana.

A vida cotidiana dos cativos está ligada à compreensão do contexto social em que foram inseridos. Homens e mulheres cativos de grandes plantéis possuem uma vida diferente da dos cativos que pertencem a pequenos plantéis. As relações de sociabilidade desses últimos são mais próximas e, por isso, viabilizam vantagens.

As análises preliminares constataram a existência de um grande número de cativos descritos como “lavradores”, o que remete para a possibilidade de eles serem casados, possuírem suas lavouras e, com elas conseguirem a liberdade.

Considerações finais

A vida cotidiana é recheada de muitas surpresas, que se avolumam, sobretudo, quando se tenta examiná-las em uma linha temporal do passado, em que a existência de um cotidiano torna-se hipótese capaz de resultar num entendimento do movimento social e das relações entre sujeitos, em lados opostos.

A riqueza das fontes possibilita perceber muitos detalhes dos cativos e probabilidades que contribuíram para exemplificar a pesquisa. Segundo a análise, tais fontes carregam um peso da vida passada de pessoas que viabilizaram uma possível volta ao momento histórico para assistir, de dentro de uma esfera de tempo, a que os tabeliões escrevessem esses inventários, colocando o máximo possível de informações (para o período), a fim de que se pudesse compreender o presente no passado, mas isso é somente uma hipótese.

Assim, mediante o estudo das fontes primárias e bibliográficas, ficaram visíveis e possíveis de se verificarem os diversos aspectos da vida cotidiana da sociedade taquarense em sua totalidade. Para isso, refletiu-se sobre a idade dos cativos que fizeram parte do desenvolvimento do município de Taquara e sobre a quantidade de crianças, jovens, adultos e negros idosos, para encontrar elementos que pudessem dar credibilidade à pesquisa. Também, as fontes forneceram o valor de cada cativo e suas características, mostrando possibilidades de valores mais altos para os cativos que tinham maiores destrezas em seus afazeres, ou pelo porte físico, mas, em muitos casos, as mulheres também recebiam um valor diferenciado em seu preço.

A pesquisa continua em andamento, sendo este trabalho um resultado parcial dos dados até agora coletados e transpostos para análise e tentativa de tabulação, sobre questões do objeto histórico, no caso, o cotidiano e sua cotidianidade. Assim, a relação diária dos cativos dentro do escravismo pode elucidar algumas questões ainda dúbias para o entendimento de resquícios que os afrodescendentes carregam em suas vidas sobre o cativo e a exploração a que foram expostos.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEL PRIORI, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ENGELMANN, Erni G. *A Sagra dos Alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. V. II. Igrejinha: Comunicação Impressa, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: estratégias e resistência dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo, Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2011.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Para Além das Fontes: Im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria – 1844-1882)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Maranhão, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, 2005.

MAESTRI, Mário. *O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de Escravos e Senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

PEITZ, Silmei Sant'Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

PETERSEN, Silvia. *Dilemas e Desafios da Historiografia Brasileira: a temática da vida cotidiana*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Fontes Primárias

APERGS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Livros de Inventários post-mortem – 1861 – 1888*.

AHRS – Arquivo Histórico do RS. *Sesmaria de Antonio Borges de Almeida Leães, 1813*.

ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE – Cúria Metropolitana: *Livro de Casamentos de Santa Cristina do Pinhal 1865, 1876 e 1888*.

Submissão: 16/03/2014

Admissão: 23/01/2015